



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

R
SM
+

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL
SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *"Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ..."*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 2.º trimestre de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 29/07/2022, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O Conselho Fiscal no âmbito do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS solicitou ao Revisor Oficial de Contas revisão limitada das demonstrações financeiras integradas no relatório do 1.º trimestre elaborado pelo Conselho de Administração, o qual emitiu Relatório em 08 de agosto de 2022, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o PAO para 2022, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2022 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

O Conselho Fiscal emite o presente relatório tendo ainda por base a análise efetuada a diversos documentos remetidos pela SPMS na sequência de pedido formulado por este órgão, os esclarecimentos prestados pelos Serviços Financeiros e pelo Conselho de Administração.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019.



l
m
d

CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do segundo trimestre de 2022, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 6.956 milhares de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 2.ºT2022	Execução	Receita cobrada no 2.ºT2021	Δ
			no período (%)		2022/2021 (%)
3.1.9-Transferências correntes	48 439 894	12 437 802	64,42%	22 556 918	-44,86%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	50 868	50 867	0,26%	507	9939,69%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	1 125 922	72 699	0,38%	0	
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 280 137	231 270	1,20%	39 176	490,33%
4.8.2-3-4-Projetos diretamente financiados pela UE	77 695 567	63 806	0,33%	0	
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	29 884 232	0		0	
5.1.3- Transferências correntes	44 005	0		2 000	-100,00%
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	3 080 095	1 126 112	5,83%	1 380 812	-18,45%
5.4.1-Transferência Receita Própria entre org	0	0		17 033	-100,00%
5.1.3-Venda de bens de investimento	69 912	0		0	
Total de receitas correntes	162 670 632	13 982 556	72,42%	23 996 446	-41,73%
Saldo de Gerência	8 636 892	5 325 619	27,58%	0	-
Total de receitas correntes	171 307 524	19 308 175	100,00%	23 996 446	-19,54%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (11,3%) situou-se muito abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à falta de transferências no âmbito do Contrato-Programa com a ACSS, cuja previsão da receita para 2022 é de cerca de 29,9 M€;
- Das receitas cobradas, cerca de 65% correspondeu a transferências correntes, 5,8% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades e 3,0% teve origem em programas comunitários (SAMA (FEDER e FSE) e projetos diretamente financiados pela UE).

Relativamente ao período análogo de 2021 verifica-se uma redução muito significativa das receitas cobradas em 19,5%, a qual, caso se excluam as receitas provenientes do saldo de gerência, ainda é mais substancial em 41,7%. Esta variação resultou essencialmente da quebra de 45,9% nas transferências correntes (cerca de 10.119 milhares de euros) e de 18,5% na faturação ao SNS e outras entidades (cerca



[Handwritten signature]

CONSELHO FISCAL

de 255 milhares de euros) não ter sido compensada pelo aumento verificado nos projetos SAMA (FEDER e FSE) em cerca de 265 milhares de euros e faturação ao SNS e outras entidades (+268 milhares de euros).

Saliente-se a ausência de receitas relativas a projetos a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (cujo valor previsto ascende a 70 milhões de euros) e pelos contratos-programa com a ACSS (num total previsto de 68 milhões de euros).

No que se refere à despesa, com uma dotação corrigida anual de 162,7 M€, a respetiva execução até ao final do segundo trimestre totalizou 3,2 %, correspondendo a cerca de 13,7 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 2.ºT2022	Execução no período (%)	Despesa paga no 2.ºT2021	Δ
							2022/2021 (%)
01-Despesas com pessoal	20 680 352	0	20 680 352	4 931 600	36,11%	4 850 329	1,68%
02-Aquisições de bens e serviços	97 539 283	0	97 539 283	8 111 529	59,40%	14 707 155	-44,85%
06-Outras despesas correntes	1 917 710	1 029 456	888 254	612 319	4,48%	849 905	-27,95%
Total de despesas correntes (A)	120 137 345	1 029 456	119 107 889	13 655 448	100,00%	20 407 389	-33,09%
07-Aquisição de bens de capital	42 993 036	0	42 533 287	0	0%	1 102 079	-100,00%
Total de despesas de capital (B)	42 993 036	0	42 533 287	0	0	1 102 079	-100,00%
Total (A)+(B)	163 130 381	1 029 456	161 641 176	13 655 448	100,00%	21 509 468	-36,51%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ter-se circunscrito a 13,7 M€ (8,4% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa é explicado pelo Conselho de Administração pela não execução da mesma no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e em relação ao Contrato Programa com a ACSS;
- A execução da rubrica “02-Despesas com pessoal” que no final deste semestre totalizou 36,1 %, com um aumento, comparativamente ao período análogo, de 1,7%, devido ao acréscimo do número de recursos humanos;
- A aquisição de bens e serviços que representam 59,4% da despesa paga no semestre em apreço, tendo-se verificado uma redução face ao período homólogo de 2021, em cerca de 44,9%;
- A falta de execução da rubrica aquisição de bens de capital, devido à não execução de projetos de investimento cofinanciados.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no primeiro semestre de 2022, assumiu compromissos no valor de 85.9 M€, ou seja, 53,1 % da dotação anual disponível, em que 48% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU), sem que se tenha verificado qualquer pagamento.

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de junho de 2022, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:



CONSELHO FISCAL

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento anual	Orçamento	Execução	Execução	Desvio	Δ
		2.º T/2022	ZT/2022	ZT/20221		
		1	2	3	(2)-(1)	2022/2021
						%
Rendimentos	209 016 581	104 508 291	29 104 183	28 111 538	-75 404 108	3,53%
Prestações de serviços	24 296 124	12 148 062	8 347 159	3 938 414	-3 800 903	111,94%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	184 348 299	92 174 150	20 329 077	23 635 467	-71 845 073	-13,99%
Outros rendimentos e ganhos	372 158	186 079	427 947	537 657	241 868	-20,41%
Gastos	200 479 350	100 239 675	27 535 687	25 084 330	-72 703 988	9,77%
Fornecimentos e serviços externos	186 549 478	93 274 739	22 429 376	21 151 261	-70 845 363	6,04%
Gastos com pessoal	13 804 872	6 902 436	4 871 050	3 885 320	-2 031 386	25,37%
Outros gastos e perdas	125 000	62 500	235 261	47 749	172 761	392,70%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 537 231	4 268 616	1 568 496	3 027 208	2 700 120	-48,19%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 283 758	1 641 879	1 201 902	1 128 399	-439 977	6,51%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 253 473	2 626 737	366 594	1 898 809	-2 260 143	-80,69%
Juros e gastos similares suportados			832		832	100,00%
Resultado antes de impostos	5 253 473	2 626 737	365 762	1 898 809	-2 260 975	-80,74%
Imposto sobre o rendimento	1 040 000	520 000			-520 000	
Resultado líquido do período	4 213 473	2 106 737	365 762	1 898 809	-1 740 975	-80,74%

Como se constata, no final do segundo trimestre de 2022, o resultado líquido da SPMS totaliza 365.762 €, o que representa um resultado substancialmente inferior ao verificado no período análogo de 2021 em que ascendeu a 1.898.810 €. Igual comportamento se verificou ao nível do resultado operacional que decresceu de 1.898.810 € em 2021 para um 366.594 €.

De salientar que, nas “Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras” é referido pela empresa que “a variação do resultado líquido, face ao período do ano anterior deve-se, maioritariamente, ao aumento da rubrica de gastos com o pessoal”.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2021, os rendimentos tiveram um incremento global de 3,5%, uma vez que não obstante a redução de 14% nos rendimentos associados às transferências correntes, se verificou um incremento significativo nos rendimentos decorrentes da prestação de serviços (111,9%) e de outros rendimentos e ganhos (20,4%), verificando-se, contudo, um desvio significativo face ao valor orçamentado.

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 9,8 % nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que



R
m
de

CONSELHO FISCAL

resultou dos aumentos em outros gastos e perdas (392, 7%), gastos com pessoal (25,4%) e fornecimentos e serviços externos (6,0%).

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 158.º do DLEO)

Nos termos do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado";*
- ✓ *b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;*
- ✓ *c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria".*

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 23,4% justificado pela SPMS pelo aumento do número de recursos humanos existentes a 31/12/2021.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 2º trimestre de 2022 face ao período análogo de 2021 no montante de 11.493 €, o que representa um acréscimo de 55,9%, o qual resultou essencialmente da variação dos gastos com ajudas de custo e com a frota automóvel (+80% e +95%, respetivamente)

Quanto aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se uma redução de 59.021€ face ao período análogo de 2021.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócio passou de 636% no 1º trimestre de 2021 para 327% no período em apreço, continuando a apresentar um valor bastante elevado.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um acréscimo significativo na ordem dos 96% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2021, salientando-se que o incremento na dívida vencida ainda foi mais significativo, 171%.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 56% da dívida do 2.º Trimestre de 2022 é perante o fornecedor MEO.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 27,8 dias, o que representa uma redução sensível face aos 40,03 dias no período análogo de 2021 e enquadra-se no objetivo da SPMS de alcançar os 30 dias.



CONSELHO FISCAL

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 2º trimestre de 2022 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de junho de 2022 no valor de 365.761 euros, situando-se o EBITDA em 1.568.496 euros.

Em, 13-10-2022

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

O Vogal

O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2022

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E., (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2022, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2022, da SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E., que compreendem o balanço em 30 de junho de 2022, que evidencia um total de 78.456.196 euros e um total de património líquido de 52.154.203 euros, incluindo um resultado líquido de 365.761 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos, por referência aos valores contratados no exercício anterior, atendendo a que o Orçamento de Estado para 2022 apenas foi aprovado a 27 de junho de 2022. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 2.º trimestre de 2022 a receita cobrada líquida ascendeu a 19.308.176 euros e a despesa total paga ascendeu a 13.655.449 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 2.º trimestre de 2022 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 5.325.619 euros, que representa 27,6% do total da receita cobrada líquida apurada no 1.º semestre. Sem este efeito, a receita cobrada no semestre ascenderia a 13.982.557 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2021:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2022		Receita cobrada líquida 2ºT 2022		Receita cobrada líquida 2ºT 2021		Variação 2022/2021		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	31.000.000	18,1%	12.000.000	62,1%	15.500.000	64,6%	-3.500.000	-22,6%	38,7%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	15.047.000	8,8%	136.481	0,7%	6.613.588	27,6%	-6.477.107	-97,9%	0,9%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2.392.894	1,4%	301.320	1,6%	443.331	1,8%	-142.010	-32,0%	12,6%
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	50.868	0,0%	50.867	0,3%	507	0,0%	50.360	9.939,7%	100%
319 Transferências de RI entre organismos	48.490.762	28,3%	12.488.669	64,7%	22.557.425	94,0%	-10.068.757	-44,6%	25,8%
411 Rec. próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	1.125.922	0,7%	72.699	0,4%	-	-	72.699	-	6,5%
411 FEDER - competitividade e internacionalização	1.125.922	0,7%	72.699	0,4%	-	-	72.699	-	6,5%
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	2.280.137	1,3%	231.270	1,2%	39.176	0,2%	192.094	490,3%	10,1%
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	2.280.137	1,3%	231.270	1,2%	39.176	0,2%	192.094	490,3%	10,1%
482 Projetos diretamente financiados pela EU	895.567	0,5%	63.806	0,3%	-	-	63.806	-	7,1%
482 Outros e saldos de FE / Outros	895.567	0,5%	63.806	0,3%	-	-	63.806	-	7,1%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	70.000.000	40,9%	-	-	-	-	-	-	-
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	70.000.000	40,9%	-	-	-	-	-	-	-
486 Projetos diretamente financiados pela EU	6.800.000	4,0%	-	-	-	-	-	-	-
486 REACT	6.800.000	4,0%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	17.331.613	10,1%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - PRESI CSP	12.552.619	7,3%	-	-	-	-	-	-	-
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	29.884.232	17,4%	-	-	-	-	-	-	-
541 Projetos diretamente financiados pela EU	-	-	-	-	17.033	0,1%	-17.033	-100%	-
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	-	-	-	-	17.033	0,1%	-17.033	-100%	-
513 Transferências privadas	-	-	-	-	2.000	0,0%	-2.000	-100%	-
513 Rec. próprias - Famílias/Repatriações	44.005	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
513 Faturação - SNS	493.658	0,3%	320.628	1,7%	522.130	2,2%	-201.502	-38,6%	64,9%
513 Faturação - Outras Entidades	2.586.437	1,5%	805.484	4,2%	858.682	3,6%	-53.198	-6,2%	31,1%
513 Venda de bens de investimentos	69.912	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	3.194.012	1,9%	1.126.112	5,8%	1.382.812	5,8%	-256.700	-18,6%	35,3%
Subtotal	162.670.632	95,0%	13.982.556	72,4%	23.996.447	100%	-10.013.890	-41,7%	8,6%
Saldo de gerência anterior	8.636.892	5,0%	5.325.619	27,6%	-	-	5.325.619	-	61,7%
Total Geral	171.307.524	100%	19.308.176	100%	23.996.447	100%	-4.688.271	-19,5%	11,3%

Comparativamente ao período homólogo do exercício anterior, expurgando o efeito do saldo de gerência, a redução ocorrida de 10.013.890 euros é essencialmente justificada pela redução de receita associada a transferências via Orçamento de Estado para manutenção de sistemas (-3.500.000 euros) e a transferências da ACSS para o centro de contacto do SNS24 (-6.477.107 euros), ainda que se verifique o aumento de receita associado sobretudo a projetos SAMA (+264.793 euros).

No final do segundo trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a 8,6% da receita corrigida orçamentada, contribuindo para este baixo nível de realização a ausência de receitas relativas a projetos a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como as que se relacionam como o Contrato Programa celebrado com a ACSS, quer relativo a projetos em desenvolvimento, quer a iniciativas COVID 19, muito embora este baixo nível de execução não dependa exclusivamente da Entidade.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 2.º trimestre de 2022, ao montante de 13.655.449 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2022	Cativação 2022	Orçamento Disponível Ano 2022		Despesa paga 2ºT2022		Despesa paga 2ºT2021		Variação 2022/2021		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	15.911.940	-	15.911.940	100%	3.871.741	28,4%	3.773.843	17,5%	97.898	2,6%	24,3%	24,3%
01.02 Remunerações Variáveis	665.346	-	665.346	100%	153.883	1,1%	207.364	1,0%	-53.481	-25,8%	23,1%	23,1%
01.03 Segurança Social	4.103.066	-	4.103.066	100%	905.976	6,6%	869.122	4,0%	36.854	4,2%	22,1%	22,1%
01 Despesa com pessoal	20.680.352	-	20.680.352	100%	4.931.600	36,1%	4.850.329	22,5%	81.271	1,7%	23,8%	23,8%
02.01 Aquisição de Bens	1.150.744	-	1.150.744	100%	130.934	1,0%	100.487	0,5%	30.447	30,3%	11,4%	11,4%
02.02 Aquisição de Serviços	96.388.539	-	96.388.539	100%	7.980.595	58,4%	14.606.668	67,9%	-6.626.073	-45,4%	8,3%	8,3%
02 Aquisição de bens e serviços	97.539.283	-	97.539.283	100%	8.111.529	59,4%	14.707.155	68,4%	-6.595.626	-44,8%	8,3%	8,3%
06.02 Diversas	1.917.710	1.029.456	888.254	46,3%	612.319	4,5%	849.905	4,0%	-237.586	-28,0%	31,9%	68,9%
06 Outras despesas correntes	1.917.710	1.029.456	888.254	46,3%	612.319	4,5%	849.905	4,0%	-237.586	-28,0%	31,9%	68,9%
Despesas correntes	120.137.345	1.029.456	119.107.889	99,1%	13.655.449	100%	20.407.389	94,9%	-6.751.941	-33,1%	11,4%	11,5%
07.01 Investimentos	42.533.287	-	42.533.287	100%	-	-	1.102.079	5,1%	-1.102.079	-100%	-	-
07 Aquisição de bens de capital	42.533.287	-	42.533.287	100%	-	-	1.102.079	5,1%	-1.102.079	-100%	-	-
Despesas de capital	42.533.287	-	42.533.287	100%	-	-	1.102.079	5,1%	-1.102.079	-100%	-	-
Total Geral	162.670.632	1.029.456	161.641.176	99,4%	13.655.449	100%	21.509.468	100%	-7.854.019	-36,5%	8,4%	8,4%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 8,4%, encontrando-se em situação de equilíbrio com a receita executada (8,6%).
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 36,1% da totalidade da despesa paga (mais 13,6 pontos percentuais que no período homólogo), embora se apresente, em termos de valores, em níveis muito semelhantes aos registados no período homólogo de 2021, muito por força da menor expressão da despesa paga relacionada com a aquisição de bens e serviços;

- Com efeito, a despesa com a aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 8.111.529 euros (59,4% do total da despesa paga), embora refletindo um aumento de 5.770.679 euros face ao trimestre anterior, evidencia uma redução expressiva face ao período homólogo de 2021, com menos 44,8%, justificada sobretudo por ainda não se terem iniciado muitos dos projetos previstos em termos orçamentais, designadamente os que se prevê que venham a ser financiados no âmbito do PRR;
- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 42.533.287 euros, muito embora até ao final do 2.º trimestre ainda não tenha sido executado qualquer gasto desta natureza;
- Em termos globais, a despesa ocorrida no 1.º semestre reflete uma expressiva redução de 36,5% face ao período homólogo do ano anterior, devido ao efeito conjugado de redução ocorrida em quase todas as rubricas de despesa, tendo a mais expressiva, no montante de 6.626.073 euros, ocorrido na rubrica de aquisição de serviços.

Naturalmente que o facto de o Orçamento de Estado para 2022 apenas ter sido aprovado em 27 de junho de 2022 não pode ser dissociado de todo este baixo nível de execução.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 30JUN2022, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2021, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do 2.º Trimestre ascende a 5.595.695 euros, refletindo um decréscimo de 13,2% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 1.201.902 euros, conjugado com os novos investimentos efetuados no exercício, no montante de 354.781 euros, dos quais 336.898 euros foram realizados no 2.º trimestre, embora ainda não pagos. Ocorreram ainda abates de bens, no valor de 3.767 euros. De salientar que, face ao investimento orçamentado para o ano de 2022, os investimentos acumulados realizados até ao final do semestre uma taxa de execução de apenas 0,26%. A baixa execução é justificada sobretudo pela não concretização dos investimentos relacionados com o Plano de Recuperação e Resiliência;

- A rubrica de Clientes apresenta, a 30JUN2022, um saldo de 1.270.986 euros, refletindo um decréscimo de 183.294 euros face a 31DEZ2021. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do trimestre é a ACSS, representando cerca de 85% do total do saldo total a receber, mantendo-se este saldo inalterado face a 31DEZ2021;
- A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos registou um dos maiores aumentos (+1.004.258 euros), ascendendo no final do 2º trimestre a 1.957.319 euros, resultando sobretudo de valores de IVA a recuperar;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30JUN2022 o saldo de 19.410.678 euros, representando 25% do total do Ativo. No 2.º trimestre verifica-se um aumento de 6.723.375 euros face ao trimestre anterior e um acréscimo 15.375.178 euros face a 31DEZ2021. Estes aumentos resultam essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS24 e do Contrato Programa com a ACSS, relativos aos serviços prestados no decorrer do primeiro semestre de 2022.
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do segundo trimestre, ascende a 49.800.802 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando 63% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente (85,6%) ao valor recebido do PRR em 2021 e para o qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido nesta rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido apresenta um saldo no montante de 52.154.203 euros, representando um acréscimo de 0,7% relativamente a 31DEZ2021, decorrente do resultado apurado no semestre, no montante de 365.761 de euros (-71,4% face a 31DEZ2021);
- O total do Passivo, no montante de 26.301.993 euros, reflete um aumento de 9.835.030 euros (+59,73%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada essencialmente pelo aumento das rubricas de Fornecedores (+4.762.486 euros) e de Outras Contas a Pagar (+4.712.894 euros).
- A rubrica de Fornecedores ascendeu no final do 2.º trimestre a 6.077.909 euros, destacando-se os montantes a pagar aos fornecedores MEO, SA (3.654.466 euros) e Altran – Altranportugal, SA (773.060 euros), que correspondem a 73% da totalidade desta rubrica;
- A rubrica de Outras Contas a Pagar, no montante total de 12.881.755 euros, representa 49% do Passivo, sendo que 97,9% deste saldo respeitante a Credores por Acréscimos de Gastos, que inclui a especialização dos gastos com o pessoal (880.923 euros), bem como acréscimos de gastos relativos a subcontratos gerais (10.683.826 euros), serviços especializados (234.352 euros) e outros gastos (810.898 euros).

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do semestre. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2022, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Salienta-se que o PAO 2022 foi objeto de apreciação por parte da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, tendo concluído que o mesmo reunia as condições necessárias para a sua aprovação por parte do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, o que veio a suceder através do Despacho n.º 354/2022 – SET, de 25 de março de 2022.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do segundo trimestre, à semelhança do primeiro, foi desfavorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do semestre apurou-se um resultado líquido de 365.761 euros (inferior em 82,6%, face ao orçamentado), justificado sobretudo pela execução desfavorável das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (-77,9%) e Prestação de Serviços (-31,3%), não integralmente compensada pelo menor gasto ocorrido ao da nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 22.429.376 euros, representando uma execução de apenas 24% face ao orçamentado, bem como de Gastos com Pessoal, que também ficaram aquém do orçamentado (-29,4%).

Na componente dos gastos, importa salientar o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (menos 70.845.363 euros), justificado pela não execução da despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento está associado ao desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no semestre em análise.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, ascende ao montante de 4.871.050 euros, apresentando uma diminuição de 2.031.386 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do semestre ascende assim a 28.738.422 euros, apresentando uma execução de 28,2% face ao orçamentado, contribuindo assim favoravelmente para o resultado apresentado no semestre.

O total de rendimentos ascende a 29.104.183 euros, apresentando uma execução de 27,8% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (-3.800.903 euros), e Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-71.845.073 euros).

7. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 8 de agosto de 2022

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA**
Num. de Identificação: 04886686
Data: 2022.08.08 10:55:24+01'00'



Vitor Manuel Batista de Almeida
(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1
Balanço
em 30 de junho 2022 e em 31 de dezembro de 2021

Valores em euros

BALANÇO	30-06-2022	31-12-2021	Var Real 30JUN22 - 31DEZ21	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5.595.695	6.446.583	-850.888	-13,2%
Ativos por Impostos Diferidos	11.011	11.011	-	0,0%
Outros Ativos financeiros	28.832	22.893	5.939	25,9%
Subtotal	5.635.538	6.480.487	-844.949	-13,0%
Ativo corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	1.270.986	1.454.280	-183.294	-12,6%
Estado e outros entes públicos	1.957.319	953.061	1.004.258	105,4%
Outras contas a receber	19.410.678	4.035.499	15.375.178	381,0%
Diferimentos	380.873	4.897.187	-4.516.314	-92,2%
Caixa e depósitos	49.800.802	50.431.943	-631.141	-1,3%
Subtotal	72.820.658	61.771.970	11.048.687	17,9%
Total do Ativo	78.456.196	68.252.458	10.203.738	14,9%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	26.260.689	26.260.689	-	0,0%
Reservas	10.523.112	9.517.407	1.005.705	10,6%
Resultados transitados	-34.124.599	-34.397.420	272.821	-0,8%
Outras variações no Património Líquido	49.129.240	49.126.292	2.948	0,0%
	51.788.442	50.506.968	1.281.473	2,5%
Resultado líquido do período	365.761	1.278.526	-912.765	-71,4%
Total do Património Líquido	52.154.203	51.785.494	368.709	0,7%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	4.418.398	4.418.398	-	0,0%
Subtotal	4.418.398	4.418.398	-	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	6.077.909	1.315.424	4.762.486	362,0%
Estado e outros entes públicos	1.193.302	1.284.213	-90.911	-7,1%
Fornecedores de investimentos	422.246	-	422.246	0,0%
Outras contas a pagar	12.881.755	8.168.861	4.712.894	57,7%
Diferimentos	1.308.383	1.280.068	28.315	2,2%
Subtotal	21.883.595	12.048.565	9.835.030	81,6%
Total do Passivo	26.301.993	16.466.963	9.835.030	59,73%
Total do Património Líquido e Passivo	78.456.196	68.252.458	10.203.738	14,9%

ANEXO 2

**Demonstrações de Resultados por Naturezas
para o período semestral findo em 30 de junho de 2022 e em 30 de junho de 2021**

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30JUN22	Real 30JUN21	Orçamento 30JUN22	Var Real 30JUN22 - 30JUN21		Var Real 30JUN22 - Orç. 30JUN22	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	8.347.159	3.938.414	12.148.062	4.408.745	111,9%	-3.800.903	-31,3%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	20.329.077	23.635.467	92.174.150	-3.306.390	-14,0%	-71.845.073	-77,9%
Fornecimentos e serviços externos	-22.429.376	-21.151.261	-93.274.739	-1.278.115	6,0%	70.845.363	-76,0%
Gastos com o pessoal	-4.871.050	-3.885.320	-6.902.436	-985.730	25,4%	2.031.386	-29,4%
Outros rendimentos e ganhos	427.947	537.657	186.079	-109.711	-20,4%	241.868	130,0%
Outros gastos e perdas	-235.261	-47.749	-62.500	-187.512	392,7%	-172.761	276,4%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1.568.496	3.027.209	4.268.615	-1.458.713	-48,2%	-2.700.119	-63,3%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-1.201.902	-1.128.399	-1.641.879	-73.504	6,5%	439.976	-26,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	366.593	1.898.810	2.626.736	-1.532.217	-80,7%	-2.260.143	-86,0%
Juros e gastos similares suportados	-832	-	-	-832	0,0%	-832	0,0%
Resultado antes de impostos	365.761	1.898.810	2.626.736	-1.533.049	-80,7%	-2.260.975	-86,1%
Imposto sobre o rendimento	-	-	-520.000	-	0,0%	520.000	-100,0%
Resultado líquido do período	365.761	1.898.810	2.106.736	-1.533.049	-80,7%	-1.740.975	-82,6%
Resultado Líquido	365.761	1.898.810	2.106.736	-1.533.049	-80,7%	-1.740.975	-82,6%